

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.708 - MG (2019/0287990-2)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : M M J
ADVOGADOS : GIRLENE ALVES TEMPONI - MG078202N
LUIZ HENRIQUE MOREIRA ALVES TEMPONI - MG178261
AGRAVADO : E D C
ADVOGADO : WILSON DE ANDRADE JUNHO - MG037274N

DECISÃO

Cuida-se de agravo, interposto por M M J, em face de decisão que não admitiu o recurso especial.

O apelo extremo, a seu turno, fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - RECURSO INTERPOSTO NO PRAZO LEGAL - CONHECIMENTO - AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL -COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS - PARTILHA DE IMÓVEL ADQUIRIDO NA CONSTÂNCIA DO RELACIONAMENTO - OBRIGATORIEDADE .

1- O reconhecimento da união estável é de rigor, quando comprovada a convivência pública, contínua e duradoura estabelecida entre o casal com o objetivo de constituir família, não se identificando, ainda, qualquer causa impeditiva.

2 -À união estável aplica-se o regime da comunhão parcial de bens, comunicando-se aqueles que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, observadas as exceções legais.

3 - Incumbe ao cônjuge comprovar que os bens adquiridos na constância da união estável decorreram de sub-rogação de seus bens particulares.

Em suas razões de recurso especial (fls. 294/304, e-STJ), a recorrente apontou violação ao art. 1723 do CC; sustentando, em síntese, "que nunca houve união estável no presente caso".

Contrarrazões às fls. 307/308, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 314/316, e-STJ), negou-se seguimento ao recurso especial.

Daí o agravo de fls. 318/326 (e-STJ), buscando a agravante o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 328/332, e-STJ.

É o relatório.

A irresignação não merece prosperar.

1. Com efeito, inviável admitir o apelo quanto à tese de violação ao art. 1.723 do Código Civil por demandar reexame das provas contidas nos autos.

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, nos autos da ação de reconhecimento e dissolução de união estável cumulada com partilha de bem, julgou

parcialmente procedentes os pedidos iniciais.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* verificou que há nos autos elementos que demonstram, os elementos necessários à caracterização da união estável.

Confira-se:

Trata-se de ação de reconhecimento e de dissolução de união estável cumulada com partilha movida pelo Apelado contra a Apelante, visando o reconhecimento de sua convivência pública, contínua e com o objetivo de constituir família, entre janeiro de 1985 e meados de 2015.

O Apelado pretende a partilha do imóvel constituído do apartamento 208, 2º pavimento, bloco B, Edifício Jardim das Orquídeas, bairro (piranga, nesta Capital.

A caracterização da união estável pressupõe a prova inequívoca de convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituir família, nos termos do art. 1.723 do Código Civil.

Exige-se, também, que não se identifique qualquer das causas impeditivas listadas pelo art. 1.521 do referido Código.

O Apelado instruiu a inicial com escritura pública de reconhecimento de união estável firmada por ele e pela Apelante, na qual declararam livremente que "vivem maritalmente desde 11 de janeiro de 1985" (evento 02).

Referida escritura pública observou todos os requisitos da Lei 6.015/73 e não vieram aos autos quaisquer documentos ou declarações que abalassem a sua credibilidade.

As testemunhas ouvidas em juízo, da mesma forma, confirmaram a união estável havida entre as partes, pelo tempo declinado na inicial (evento 87), não havendo dúvida quanto ao vínculo estabelecido entre as partes, com o objetivo de construir família.

O acórdão impugnado está, portanto, fundamentado no quadro fático singular formado na presente demanda. A revisão do aresto no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre estar demonstrada a união estável. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA. ACORDO DE REGIME DE BENS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E REEXAME DE PROVA.

1. Não se admite o recurso especial quando sua análise depende de reexame de matéria de prova (Súmula 7 do STJ).

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1116516/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 19/04/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENSÃO POR MORTE. POSSIBILIDADE DE RATEIO DE PENSÃO POR MORTE ENTRE

VIÚVA E COMPANHEIRA. RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL PELA CORTE DE ORIGEM À LUZ DO ACERVO PROBATÓRIO DA CAUSA.

REEXAME VEDADO PELA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DA FUNAPE DESPROVIDO.

[...]

3. O acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre e a consequente alteração das conclusões acerca da existência da união estável entre a ora agravada e o instituidor da pensão exigiriam a reanálise do acervo fático-probatório da causa, medida inviável em Recurso Especial a teor da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo Interno da FUNAPE a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 531.101/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. REQUISITOS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA A LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Afirmada pelas instâncias ordinárias a existência dos requisitos necessários para o reconhecimento da união estável, a inversão do que ficou decidido pelo acórdão recorrido demandaria, necessariamente, novo exame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

[...]

(AgInt no AREsp 962.824/MG, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 26/02/2018)

2. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro MARCO BUZZI
Relator